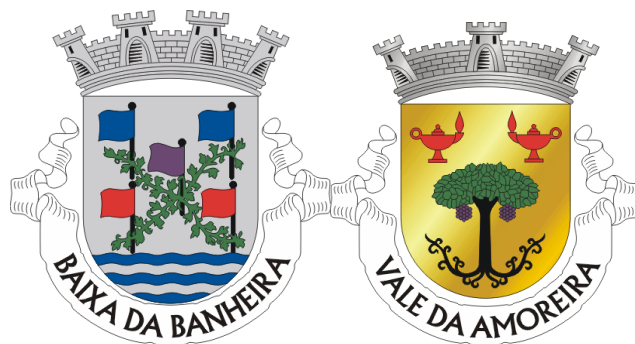




Ata da Assembleia Ordinária de Freguesias da União
de Freguesias da Baixa da Banheira e do Vale da
Amoreira
Concelho da Moita

26 de Setembro de 2024

Ata n.º19

Ao vigésimo sexto dia do mês de Setembro de dois mil e vinte e quatro, na vila da Baixa da Banheira, Rua Eduardo Mondelane n.º2, no Salão da Junta de Freguesia da Baixa Banheira, realizou-se uma reunião ordinária da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Apreciação e Votação da Ata n.º18

2 – Informação da Senhora Presidente da Junta de Freguesia sobre a Atividade da Freguesia prestadas nos termos e para efeitos da alínea o), ponto 1 artigo 17.º da Lei n.º 5 A/2002, de 11 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela alínea e) do no 2 do artigo 9.º da Lei no 75/2013, de 12 de Setembro

Houve pedidos de substituição, nomeadamente, no PS, em que Patrícia Pires e Cíntia Guerra foram substituídas por Carlos Simões e Susana Prates, respetivamente. Já na bancada da CDU, Rogério Santos foi substituído por Judite Freitas e Júlio Pinto foi substituído por Fernando Castro. No MM, Rachid Djalo foi substituído por Luís Morais.

No total, sendo que o Chega não se fez representar por nenhum eleito e que, no MM, o senhor Luís Morais acabou por não comparecer, estiveram 17 membros presentes na reunião.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, Paulo Alfama, deu início à sessão, começando por esclarecer a sua posição na Assembleia de Freguesia. Referindo-se a um suposto acordo entre o PS e o BE, que garantiria o seu lugar na Assembleia de Freguesia como Presidente da Mesa, desmente a sua existência, explicando que, após a realização das últimas eleições autárquicas, o Partido Socialista o teria convidado para tal cargo. Realça que era visível durante as reuniões que a sua postura, no que dizia respeito a votações, variaria consoante “o que a sua consciência lhe ditasse”. Aceitou discutir o tema mais detalhadamente durante o ponto 2.

Seguidamente, interpelou o público no sentido de aferir se haveria alguma intervenção, sendo que pediu a palavra o senhor José Vieira.

O senhor José Vieira relembrou o abaixo-assinado, que teria entregado ao Executivo durante uma reunião anterior, relativo à reabertura do Núcleo Museológico. Dizendo que não teria obtido qualquer resposta, quis mostrar a sua indignação como munícipe, afirmando “não saber se a situação se devia a arrogância, prepotência, ignorância ou estupidez”. Compara o Núcleo ao novo Centro de Saúde, dizendo que o PS também teria sido contra a sua construção, mas que teria sido possível por vontade da população.

A senhora Telma Rocha, da bancada da CDU, defendeu a importância da reabertura do Núcleo Museológico, reconhecendo que o atual espaço e disposição poderiam não ser os mais adequados.¹

A Presidente da Junta, Bárbara Dias, começa a sua intervenção realçando a maneira como a senhora Telma teria exposto o assunto sem recorrer a ofensas. Esclarece que, assim como teria explicado em reuniões anteriores, a dinamização do Núcleo Museológico estaria no planeamento do Executivo e que teria havido uma visita ao mesmo por parte de uma freguesa, com conhecimentos em História, e que se estaria há espera de uma proposta de melhoria do espaço. Porém, relembra que o funcionamento do Núcleo depende de voluntários e apela à ajuda de quem já teve essa participação anteriormente para que se pudessem reunir com o Executivo para se poder articular uma solução, realçando o valor que as peças teriam, não só para a freguesia, mas também para o país.

Antes da Ordem de Trabalhos, houve duas moções da bancada da CDU.

A moção *Pela Paz no Médio Oriente* foi apresentada por Nuno Cavaco:

“Há 76 anos a Assembleia Geral da ONU aprovou um plano de partilha, prevendo a criação de dois Estados no território histórico da Palestina. Israel existe desde 1948. O Estado da Palestina nunca viu a luz do dia. Ao longo de 76 anos, Palestina viu os seus direitos nacionais violados, com o seu território ocupado, em violação das resoluções da ONU, como a Resolução 194 da Assembleia Geral e as Resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança. Israel, para além de ter violado estas resoluções, não cumpriu os acordos que assinou, sendo de destacar os acordos de Oslo, assim como violou a integridade territorial de países limítrofes, como a Síria, nos Montes Golã, assassinou dirigentes palestinianos que pugnavam por uma resolução diplomática do conflito israelo-palestino, encarcerou milhões de seres humanos, designadamente na faixa de Gaza,

¹ Não foi possível saber quais foram as palavras concretas da senhora Telma, devido a problemas técnicos durante a sua intervenção.

conhecida como a maior prisão a céu aberto do mundo com mais de 3 milhões de seres vivos, em que parte significativa são crianças.

O mundo assiste ainda à política de expansão dos colonatos, ilegais à luz da Resolução 2334 do Conselho de Segurança da ONU, que tem vindo a impedir a criação de um Estado da Palestina tal como fixado pela ONU antes de 1967. Um comportamento por parte do Estado de Israel que tem a conveniência dos EUA, NATO e União Europeia, fundamentado nos ditos valores ocidentais, que contrastam com o sofrimento real que o não respeito pelos direitos nacionais do povo palestino tem vindo a causar.

Assistimos, com particular incómodo, às crianças e jovens impedidos de ir à escola, perseguidos, humilhados, presos, assassinados ao longo dos anos e com particular ênfase nos últimos meses.

Perante um ataque hediondo e cruel em Israel assistimos a um genocídio, a uma punição coletiva, ao assassinato de pessoas sem julgamento nestes países sem que os países ocidentais sancionem estes comportamentos. Muito rápidos a fazer isso em outras latitudes aqui limitam-se a repetir que Israel tem o direito de se defender... retirando direito de existir a milhares, milhões de seres humanos.

Para atingir o objetivo da Paz, o caminho que tem que ser prosseguido é aquele que substitui a negação dos direitos do povo palestiniano a constituírem um Estado, por um processo político que vise a construção de uma solução de dois Estados, tal como a ONU defende há décadas.

Assim, a Assembleia da Freguesia da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, reunida a 26 de setembro de 2024 delibera:

- 1- Manifestar intransigentemente a defesa da Paz e da Cooperação como valores fundamentais no relacionamento entre países e povos;
- 2- Manifestar o seu pesar pela morte de milhares de civis, pelas vítimas da escalada da violência na Palestina e em Israel, designadamente palestinas, libanesas, sírias,

egípcias, jordanas e israelitas, que resultam de 76 anos de negação dos direitos do povo palestino;

- 3- Afirmar a necessidade de uma solução política que, conforme as resoluções da ONU, garanta a concretização do povo palestino a um Estado soberano e independente, com as fronteiras de 1967 e capital em Jerusalém Oriental, que garanta o retorno dos refugiados palestinos ao seu país e às suas famílias, bem como a entrega das casa e terras usurpadas por Israel e israelitas.

Nesse sentido deliberamos no sentido do envio desta Moção pela Paz no Médio Oriente à Embaixada da Israel e à representação diplomática da Autoridade Palestina em Portugal, ao Governo Português, ao Presidente da República, à Comissão Europeia, à ONU e à Comissão Social.

Os eleitos da CDU”

Colocada à votação, a moção foi aprovada por unanimidade.

Seguiu-se para a moção *Por uma política digna de combate a incêndios e desenvolvimento do mundo rural, valorizando os bombeiros*, apresentada por Jorge Silva:

“Portugal vive neste momento uma situação dramática em consequência dos incêndios que atingiram o centro e norte do país. Face a esta calamidade os eleitos da CDU neste assembleia de freguesia, manifestam toda a solidariedade para com as vitimas destes incêndios e louvam o esforço e dedicação dos bombeiros profissionais, de voluntários, incluindo a nossos bombeiros voluntários do concelho que prontamente estiveram também eles presentes, das populações, bem como dos trabalhadores das autarquias locais e profissionais da proteção civil que combateram e combatem sempre heroicamente as chamas, arriscando as próprias vidas em socorro das populações afetadas.

Não podemos deixar de manifestar o nosso pesar pela perda de vidas humanas, feridos e desalojados, lamentando ainda a destruição provocada no território, em infraestruturas, habitações, explorações agrícolas, património natural e empresas, mas não podemos esquecer para que situações destas não voltem a acontecer, impõe-se que sejam garantidos todos os meios para o reforço ao combate aos incêndios e a salvaguarda das populações.

Num quadro em que persiste e se intensifica o abandono do território, com uma crescente desertificação e o desinvestimento na prevenção e limpeza, urge que se tomem medidas para uma verdadeira prevenção dos incêndios, que se adotem com urgência, verdadeiras políticas de prevenção e combate aos incêndios e da tomada de medidas de proteção civil que garantam a segurança das populações e dos operacionais.

Para que situações como a que atualmente nos deparamos não voltem a assumir estas dimensões, urge promover uma política que garanta a coesão territorial, mas também a coesão social, a valorização do trabalho e dos trabalhadores, desde logo dos bombeiros e todos os profissionais envolvidos no combate aos incêndios. No imediato toda a atenção está concentrada no combate aos incêndios e na proteção das populações, mas será preciso recuperar tudo aquilo que o fogo destruiu, recuperar habitações, recuperar atividade económica e postos de trabalho e para que isso aconteça será necessário e urgente mobilizar todos os meios nacionais.

Assim, a assembleia de freguesia da União de freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira reunida a 26 de setembro de 2024 delibera:

- 1- Manifestar o seu pesar para com as vítimas e suas famílias;
- 2- Manifestar a sua solidariedade para com todos aqueles que no terreno têm dado combate aos incêndios, apoio às vítimas e a procurar minimizar o sofrimento de todos os que foram atingidos pelos incêndios;
- 3- Reclamar uma política efetiva de apoio aos Bombeiros e suas Associações;
- 4- Reclamar que sejam tomadas as medidas necessárias no âmbito do ordenamento, investimento e valorização da floresta, da prevenção de incêndios, do combate ao abandono rural, do incentivo à produção florestal e agrícola;
- 5- Reclamar que todas as medidas sejam acompanhadas dos meios financeiros e humanos necessários;

A ser aprovada, será esta moção enviada à Câmara Municipal da Moita, Assembleia Municipal da Moita e Bombeiros Voluntários da Moita.

Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias da Baixada Banheira e Vale da Amoreira, a 26 de setembro de 2024”

O senhor Carlos Simões, do PS, afirma que os Bombeiros Voluntários da Moita teria recebido apoio financeiro da Câmara Municipal e tendo o devido reconhecimento e valorização por parte do Presidente da Câmara, Carlos Albino. Informa que os membros do PS eleitos na Assembleia de Freguesia se encontravam solidários com as vítimas dos incêndios e que louvavam o esforço dos bombeiros de todo o país. Finaliza, comunicando que o PS iria votar a favor.

O senhor Nuno Cavaco diz não entender a menção ao apoio atribuído já que seria algo que o anterior executivo também fazia, mas que não seria suficiente já que o planeamento e ornamento do território, com foco nas florestas, deixaria a desejar. Salienta a importância de “respeitar a vida rural”, relativamente aos trabalhadores que atuam no campo, e o erro que seria permitir a plantação de eucaliptos. Questiona ainda o valor gasto em meios aéreos de combate a incêndios.

O Presidente da Mesa informou que também votaria a favor, realçando a importância da prevenção dos incêndios e a valorização dos bombeiros.

Colocada à votação, a moção foi aprovada por unanimidade.

Deu-se início à Ordem de Trabalhos, com o ponto 1, Apreciação e Votação da Ata n.º18, sendo a mesma aprovada por unanimidade.

Passou-se ao ponto 2, Informação da Senhora Presidente da Junta de Freguesia sobre a Atividade da Freguesia prestadas nos termos e para efeitos da alínea o), ponto 1 artigo 17.º da Lei n.º 5 A/2002, de 11 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela alínea e) do no 2 do artigo 9.º da Lei no 75/2013, de 12 de Setembro, apresentada pela mesma e pela Senhora Secretária do Executivo, Cátia Nunes.

A senhora Judite Freitas, da bancada da CDU solicitou, ao Executivo, uma explicação para a falta de resposta ao requerimento submetido pela CDU, demonstrando insatisfação pela ausência de um retorno oficial.

O Presidente da Mesa informou que o requerimento da CDU teria sido recebido a 24 de agosto de 2024. Contudo, devido a situações pessoais, só teria conseguido reencaminhar o requerimento à Senhora Presidente no dia 3 de setembro. O Presidente referiu que a receção por parte da Senhora Presidente teria ocorrido a 13 de setembro e justificou o atraso de cerca de três semanas por questões pessoais.

A senhora Judite Freitas, em resposta, expressou descontentamento com o facto de os prazos definidos por lei não terem sido cumpridos. Anunciou, então, que iria fazer uma declaração política:

Declaração Política

"Os eleitos da CDU repudiam o comportamento do Executivo da Freguesia da União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira por não terem respondido ao requerimento de informação sobre a delegação de competências. Não foi respondido no prazo definido por lei e por regimento, impedindo assim que a oposição veja consagrado o seu direito e dever democrático.

Lamentamos também que o Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia não tenha sequer acusado a receção da comunicação e apelamos para que exerça o seu mandato na defesa dos interesses de todos e não como forma de proteção a um executivo que não quer disponibilizar informações que deveriam ser do conhecimento de todos e não só dos eleitos."

De seguida, o senhor Miguel Jorge, do PS, interveio, considerando a declaração política da CDU "extemporânea", dado que o Presidente da Mesa já tinha justificado o atraso, sendo uma situação que, na sua opinião, não deveria ter sido trazida ao debate, considerando que a situação seria para demonstrar solidariedade para com o senhor Paulo Alfama. Referiu ainda que a CDU estaria a explorar o tema de forma indevida, visto que o Executivo recebeu o requerimento apenas algumas semanas após o envio e ainda se encontraria dentro do prazo legal de resposta.

Nuno Cavaco expressou descontentamento com a intervenção do senhor Miguel Jorge, considerando-a inadequada. Afirmou que a CDU não possuía qualquer informação sobre a situação pessoal do Presidente e que não houve qualquer intenção de ataque, enfatizando que o pedido de informação sobre a delegação de competências se tratava de um assunto de interesse público e de transparência democrática, relevante para os munícipes. Reforçou que o requerimento teria sido submetido em conformidade com a lei e que a solicitação visava obter informações sobre o exercício de competências delegadas na Junta, incluindo aspetos como a adequação dos recursos financeiros e a eficácia na execução das mesmas. Salientou que tais informações seriam fundamentais para a

transparência e para assegurar que o Executivo atua em defesa dos interesses da população.

Judite Freitas afirma que a CDU não teria falta de solidariedade, uma vez que desconhecia a situação pessoal do Presidente da Mesa. Esclareceu que visava apenas cumprir o seu papel de fiscalização e garantir transparência.

Miguel Jorge reafirmou que a sua intervenção visava sublinhar a extemporaneidade da acusação feita pela CDU sobre o incumprimento do Executivo, uma vez que o requerimento só chegou ao seu conhecimento algumas semanas após a receção pelo Presidente da Mesa.

A Senhora Presidente da Junta, Bárbara Dias, começou por frisar que não era o Executivo que estaria em incumprimento, pois só teria recebido o requerimento a 13 de setembro, o que lhe daria 30 dias para responder, conforme o Código do Procedimento Administrativo. Salaria que a comunicação inicial foi enviada ao Presidente da Mesa e não ao Executivo e que é o senhor Paulo Alfama que deve gerir a sua correspondência e coordenar o trabalho com as outras bancadas. Reforçou ainda que a Assembleia de Freguesia e o Executivo são órgãos independentes e que o Executivo não tem responsabilidade sobre a correspondência do Presidente da Mesa. Explicou que, a cada três meses, o Executivo apresenta relatórios detalhados sobre as atividades realizadas em cada agrupamento de escolas, especificando até intervenções pontuais, como a troca de torneiras, por exemplo. Comparando os relatórios do mandato atual com os da CDU de anos anteriores, afirma que não incluíam tal nível de detalhe. A Senhora Presidente destacou que a informação sobre a delegação de competências já seria regularmente reportada nos relatórios trimestrais e que também seriam enviados à Câmara Municipal e às entidades competentes. Garantiu não entender as críticas de falta de transparência, visto que os dados seriam fornecidos de forma contínua e detalhada.

O Senhor Tesoureiro do Executivo, Luís Cerqueira, defendeu a transparência do Executivo e a prestação de contas. Esclareceu que os relatórios trimestrais incluem secções dedicadas à execução das competências delegadas em várias áreas, como educação, mercados e espaços públicos, detalhando as intervenções realizadas. Afirmou ainda que os relatórios do atual mandato apresentam números específicos de intervenções mensais, algo que não acontecia em mandatos anteriores.

O senhor Nuno Cavaco expressou preocupação sobre a transparência no uso dos fundos recebidos da Câmara Municipal para as competências delegadas, especialmente na área de educação. Mencionou que, embora o relatório incluía referências gerais, faltaria clareza sobre se os valores recebidos cobrem todas as necessidades ou se o Executivo utiliza verbas adicionais. Solicitou os relatórios dos contratos inter-administrativos e de execução e pediu que fosse disponibilizada à Assembleia de Freguesia uma atualização financeira detalhada sobre os montantes recebidos e aplicados, para assegurar que o investimento nas competências delegadas é suficiente para atender às necessidades da freguesia. Finalizou dizendo que esta solicitação seria essencial para que a CDU possa exercer o seu papel de fiscalização e colaboração com o Executivo, reiterando que o objetivo seria contribuir para a transparência e a eficácia na gestão dos recursos.

O Senhor Tesoureiro esclarece que a única atualização significativa ocorreu sob a gestão do atual Executivo e afirmou que, durante o período de gestão da CDU, os valores dos contratos de delegação de competências permaneceram inalterados, o que acabaria por contribuir para a insuficiência de recursos. Defendeu a transparência da sua declaração e solicitou que fosse respeitado o seu direito de resposta, sublinhando que as informações mencionadas por Nuno Cavaco não corresponderiam aos factos apresentados pelo Executivo.

O senhor Abílio Marcos, do PS, pede a palavra para realçar a importância das Festas Populares da Baixa da Banheira como um momento significativo para a comunidade, que iria além do mero entretenimento, reforçando os laços e o sentido de pertença. Destacou as melhorias na organização deste ano, como a transmissão em streaming ao vivo, que permitiu que mais pessoas, incluindo aquelas que não puderam estar presentes, acompanhassem as festividades. Questionou sobre o impacto dessa transmissão na participação e na experiência do público, expressando interesse em saber como a iniciativa pode ser aprimorada no futuro.

De seguida, o senhor Jorge Silva quis saber se o Executivo já teria concluído o Plano de Apoio ao Movimento Associativo, o qual deverá ser um “documento estratégico” em conformidade com o Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo, ressaltando que os dois documentos deveriam ter sido aprovados em simultâneo. Destacou a importância do Movimento Associativo como um pilar fundamental para a cultura, desporto e atividades sociais na freguesia. Também questionou sobre a falta de apoio financeiro às

coletividades ao longo dos últimos anos e sobre os planos do Executivo em relação à manutenção do Complexo Esportivo do Vale da Amoreira, que se encontraria em estado de degradação durante os últimos três anos. Solicitou ainda esclarecimentos sobre a rampa requisitada por um freguês e sobre as soluções para os problemas identificados na Estrada Nacional.

A Senhora Ana Teresa Santos, do PS, abordou a importância do comércio local e questionou sobre os impactos do programa *Baixa Comvida*, perguntando como ele foi recebido, tanto por fregueses como por comerciantes, se há planos para sua continuidade e o que se poderia melhorar.

O senhor Carlos Simões destacou as intervenções realizadas nas escolas durante as férias, perguntando sobre as principais obras, especialmente a instalação de climatização e como essas melhorias beneficiaram o ambiente escolar. Questionou também os critérios para a escolha das escolas que receberam as intervenções e a colaboração entre a Junta e as direções escolares na identificação das suas necessidades.

O senhor Vítor Pessoa, do PS, destacou a importância das intervenções no espaço público, que, apesar de muitas vezes passarem despercebidas, têm um grande impacto na vida da comunidade. Enfatizou que as pequenas reparações, como consertos de calçadas e infraestruturas, garantem a segurança dos cidadãos e que o foco deve estar nas intervenções realizadas, em vez de discutir a responsabilidade financeira pela execução das mesmas. Questionou que intervenções teriam sido feitas e que impacto teriam no cotidiano dos cidadãos. Relembrou a necessidade de valorizar os profissionais estão encarregues dessas intervenções e quis saber como é o seu trabalho nos terrenos e as dificuldades com que se deparam. Finaliza, realçando o uso da aplicação *A Minha Rua*, indagando sobre o impacto que esta tem na comunicação de problemas e como estariam a ser resolvidos, além da reação dos fregueses à utilização da mesma.

A 1.ª Secretária da Mesa, Mariana Pinote, expressou a sua opinião sobre o projeto *Amigos da Vila*, destacando a sua importância como iniciativa de voluntariado jovem. Elogiou o projeto como uma oportunidade para os jovens estabelecerem um vínculo mais forte com a freguesia, ao mesmo tempo em que contribuem positivamente para a comunidade através de ações de prevenção ambiental. Questionou como o Executivo avalia o seu impacto no desenvolvimento do sentimento de cidadania entre os jovens, se existem mais

atividades planeadas e como poderia se poderiam incluir ainda mais jovens, visando aumentar o impacto do projeto na freguesia.

A Senhora Presidente agradeceu a todos pelas perguntas e fez alguns esclarecimentos. Relativamente ao Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo, explica que este teria sido aprovado em junho e publicado em Diário da República em agosto. Solicitou que se clarificasse quais seriam as coletividades que não estariam a receber financiamento, destacando que algumas receberiam apoio indireto, dando o exemplo o pagamento de eletricidade. Afirmo que algumas associações não apresentam planos de atividades e nem orçamento, mas que ainda se beneficiariam de recursos públicos. Sobre a questão da rampa, mencionou que a responsabilidade pela manutenção de rampas e acessos não seria da Junta, mas que o Executivo tentaria sempre garantir soluções para as necessidades das pessoas com mobilidade reduzida. Em relação às questões na Estrada Nacional, informou que os problemas relatados foram reportados às autoridades competentes e estariam a ser resolvidos. Quanto às Festas Populares, destacou que a organização e as melhorias feitas contribuíram para aumentar a participação. O retorno positivo foi notado tanto entre os feirantes quanto nas interações com as forças de segurança, que relataram não ter havido ocorrências durante o evento. A implementação do streaming foi uma nova abordagem para permitir que pessoas que não puderam comparecer às festas, por questões de saúde ou mobilidade, pudessem participar remotamente. Sobre a iniciativa *Baixa Comvida*, explica que o planeamento foi feito a longo prazo. No ano anterior, as atividades teriam começado na Rua 1.º de Maio e na Rua 13, mas que neste ano foram alargadas a toda a Vila, o que fez com que os comerciantes se sentissem valorizados. Destacou que muitos comerciantes comentaram positivamente sobre a inclusão de outras áreas, afirmando que gostariam que houvesse mais eventos, especialmente aos fins de semana. Diz que a iniciativa procurou criar um equilíbrio entre as zonas, organizando atividades alternadas entre a Zona Sul e a Zona Norte, de forma a não sobrepor eventos em áreas vizinhas. O objetivo era incentivar as pessoas a se deslocarem para diferentes bairros, ajudando, assim, os comerciantes locais. Além disso, vários comerciantes teriam expressado interesse em que a iniciativa ocorresse mais frequentemente.

Seguidamente, a Senhora Secretária informou que as escolas que receberam as intervenções mais significativas foram a Escola Básica Mouzinho da Silveira e as Escolas Básicas N.º 3 e N.º 5. Este ano, para garantir a conservação das obras internas, teria sido

feito um isolamento na Escola Básica N.º 5, além de melhorias no telhado e pintura externa, incluindo o espaço de recreio. Em relação à climatização, enfatizou a sua importância e anunciou que existia um plano em desenvolvimento para a instalação de aparelhos de climatização, dizendo que “investir nas escolas seria investir no futuro”. Ressaltou que salas confortáveis, em termos de temperatura, favorecem a concentração e a aprendizagem, tanto para os alunos quanto para os professores, criando um ambiente agradável que motivaria os estudantes a frequentarem a escola. Finaliza dizendo que, ao longo do ano, existiram reuniões para ajustar as necessidades e que a relação entre a Junta e as escolas seria próxima e positiva, o que permite dar respostas mais eficazes e rápidas às demandas que surgem.

O Senhor Tesoureiro enfatizou que a prioridade é a segurança nas intervenções de espaço público, destacando a importância de reparar buracos e instalar pilaretes e bancos para evitar acidentes. Explicou que os pilaretes servem para proteger os pedestres e evitar o estacionamento inadequado, citando que, no último trimestre, teria havido a colocação de pilaretes em várias áreas, especialmente após alguns acidentes na Rua 1.º de Maio. Destacou que as intervenções seriam realizadas rapidamente, com a reparação de calçadas e buracos sendo resolvidas num prazo de 15 dias a um mês, dependendo das ocorrências recebidas. Informou que, no momento, a equipa de operacionais estaria focada nas escolas e noutros pontos críticos. Anunciou também que estariam em processo de admissão de três novos operacionais, o que permitirá duplicar a capacidade de resposta. Em relação à aplicação, confirma que houve um aumento na participação dos fregueses, tornando o trabalho mais eficiente, explicando que as reuniões semanais com os trabalhadores ajudam a planear as atividades e a acompanhar as reclamações, facilitando uma gestão mais eficaz do trabalho. Sobre os buracos na Estrada Nacional, confirmou que teriam sido tapados num prazo razoável após a comunicação recebida, e reconheceu que ainda há áreas para melhorar, como o feedback para os fregueses sobre as reclamações feitas.

O senhor Rodrigo Nascimento, membro do Executivo, destacou a importância de avaliar o projeto com base nos objetivos definidos e nas atividades realizadas, bem como no feedback dos participantes e da população. O objetivo principal do projeto era oferecer uma oportunidade de voluntariado aos jovens da freguesia. Durante o mês de julho, cerca de 20 jovens teriam participado, semanalmente, totalizando entre 50 e 60 jovens ao longo do mês, provenientes tanto da Vale da Amoreira como da Baixa da Banheira. As atividades incluíram a exploração do Parque José Afonso, onde os jovens foram

desafiados a identificar espécies e criar um herbário. Os jovens também teriam tido acesso ao Salão da Junta de Freguesia e ao recém-inaugurado Centro Comunitário, onde puderam contar com o acompanhamento de uma psicóloga. Concluiu, informando que ainda estaria em falta concretizar a fixação de placas de identificação das plantas no Parque, um pormenor logístico que estaria resolvido até ao final do ano, permitindo que a comunidade usufruísse desse resultado do projeto.

Posto isto, o senhor Nuno Cavaco intervém novamente, dirigindo-se ao Presidente da Mesa, Paulo Alfama, comentando o suposto um acordo tácito entre o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda, mencionado no início da reunião. Questionou quem teria feito essa afirmação, argumentando que a falta de clareza levaria à confusão e esclarece que a única pessoa que teria falado sobre o dito acordo teria sido o Presidente da Câmara Municipal, o senhor Carlos Albino, e que essa informação estaria gravada.

O Presidente de Mesa, mais uma vez, negou a existência de qualquer acordo.

Encerramento

Nada mais havendo a tratar nesta reunião, sendo 00 horas e 00 minutos, o Presidente da Mesa deu por encerrada a mesma, tendo a primeira secretária lavrado a Ata em minuta, que foi lida e aprovada com unanimidade.

E eu, Mariana Sofia Marques Pinote, 1.^a Secretária da Mesa, a redigi e vou assinar, conjuntamente com o Presidente, Doutor Paulo Alfama.

Presidente:

Paulo Alfredo Alfama Pinote

1.^aSecretária:

Mariana Sofia Marques Pinote
